

AGENDA ESTRATÉGICA DO MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL PARA O QUINQUÉNIO 2006/2011

I – INTRODUÇÃO

1. A defesa da comunidade (entendida no campo mais abrangente como segurança nacional) tornou-se uma função muito especializada, assumida em grande parte pelo Estado. Todavia, ela não dispensa a contribuição dos cidadãos e outros agentes não estatais. Ao Governo cabe, através do Ministério da Defesa Nacional, a implementação da política de defesa nacional e o controlo da materialização das medidas que visam garantir a execução dessa função.

Com efeito, o conceito de defesa nacional é tão abrangente que na Constituição da República¹, é apresentado, como: “ (...) a *disposição, integração e acção coordenadas de todas as energias e forças da Nação, face a qualquer forma de ameaça ou agressão, tendo por finalidade garantir, de modo permanente a unidade, a soberania, a integridade territorial e a independência de Cabo Verde, a liberdade e a segurança da sua população bem como o ordenamento constitucional democraticamente estabelecido*”.

Por conseguinte, a missão é ampla e apela a uma intervenção concertada e coordenada de diversos organismos estatais e não só. Não obstante a insuficiência de recursos financeiros para as necessidades do sector o Governo tem procurado criar condições minimamente adequadas à instituição militar para o cumprimento desse comando constitucional. Outro “ponto de apoio”, agora encarado de forma mais sistematizada tem sido a cooperação internacional, nomeadamente a cooperação tecnico-militar com alguns países², cuja contribuição no equipamento das Forças Armadas em meios materiais e na formação de quadros tem sido notória. Deste modo, paulatinamente, tem-se conseguido erigir uma instituição credível e útil.

A experiência ensina que com uma correcta planificação das actividades e de aplicação dos recursos, partindo de objectivos específicos e concretos, mas com metas claras a médio e longo prazos, se poderá tirar o melhor proveito do que se dispõe e tirar, ter uma intervenção eficaz e eficiente e obter resultados positivos. Com efeito, “a *capacidade de planear a longo prazo e ao mesmo tempo maximizar os desempenhos a curto prazo é um desafio e uma necessidade premente para os dirigentes*.”³

O primeiro passo é, pois, estabelecer objectivos estratégicos claros, concretos e específicos, baseados nos instrumentos legais e programáticos – ou seja apoiados na Constituição, noutras leis importantes que regem o sector, no Programa do Governo e noutros instrumentos orientadores da governação e do sector. É fundamental, para se poder alcançar resultados

¹ Ver artigo 242º do Título VIII da Constituição da República

² Alemanha, China, Cuba, Espanha, Estados Unidos da América, França, Portugal, são alguns dos países com quem temos cooperação técnico-militar

³ PENSAMENTO ESTRATÉGICO, A Bruce e K Langdon

que, neste caso, significam melhoramento do nível operacional – capacidade de prontidão e resposta – das Forças Armadas e de outras instituições complementares, a correcta “descodificação” das orientações e a sua tradução em agenda estratégica, que por sua vez, suscitará a elaboração de Planos plurianuais dos órgãos centrais e de planos anuais nos níveis seguintes.

2. Atendendo á complexidade crescente, relativa fluidez e incerteza da situação internacional, por um lado e, por outro, à atenuação das ameaças tradicionais e o surgimento de novas ameaças que obrigaram à alteração da agenda nacional/internacional, influenciando acções concretas que impõem a implementação de iniciativas oportunas para um novo conceito de segurança, torna-se, portanto, vital potenciar novas alianças.

Assim, na esteira do preconizado pelas Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional, os desenvolvimentos recentes confirmam que o tráfico de drogas e o crime organizado como formas de agressão externa continuam sendo, também, graves ameaças à segurança do país. A par disso, surge, com novo rosto, um inimigo comum, transnacional, sem base territorial – o terrorismo – capaz de mobilizar todos os meios para atingir os seus nefastos objectivos, aproximando-se perigosamente das fronteiras nacionais.

A dimensão e a fluidez das nossas fronteiras aliadas à aplicação dos dispositivos comunitários relativos à livre circulação de pessoas nos países da CEDEAO é causa de preocupações acrescidas em matéria de defesa e segurança nacional, devendo os órgãos responsáveis pelo sector prevenir-se adequadamente para enfrentar estas e outras ameaças consideradas mais relevantes.

3. Do exposto, facilmente, se conclui, que o Ministério da Defesa Nacional precisa montar um sistema de planificação para que possa dar melhor conta de si e rentabilizar os recursos postos à sua disposição.

Tal necessidade é também determinada pelos pressupostos e objectivos fixados no Programa do Governo que, a propósito da defesa nacional, reconhece que *“Os efeitos da globalização e da dinâmica de desenvolvimento económico do país criaram mais riquezas e mais oportunidades e melhoraram a qualidade de vida das pessoas mas também fizeram aumentar os factores de risco e introduziram novas ameaças à paz, à segurança e à estabilidade política e social”*⁴.

Ainda, considera o Programa do Governo que *“A concepção de Segurança Nacional assumida pelo Governo não podia, assim, deixar ser integrada e tendo em devida conta a situação internacional e a realidade nacional”*.

Por sua vez “As Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional”, na rubrica Orientações estabelece que se deve trabalhar para conseguir, entre outros aspectos não menos importantes: “o

⁴ PROGRAMA DO GOVERNO 2006-2011, sector da defesa

fortalecimento da consciência nacional e dos valores éticos, morais e culturais que enformam a Nação; reforçar a autoridade do Estado e a salvaguarda das liberdades individuais e do pluralismo de expressão social; a inserção do país em mecanismos de segurança cooperativa; a afirmação do primado da paz e de uma parceria equitativa nas relações externas.”

4. Visão: Edificar um sistema de Defesa Nacional onde: os valores permanentes que enformam a Nação, condensados no conceito de Patriotismo, sejam por todos assumidos; todas as energias e forças morais sejam canalizadas para garantia da paz, estabilidade e segurança; e haja respeito pelo ordenamento constitucional democraticamente estabelecido.
5. Deste modo e em decorrência da Visão, são **Objectivos Estratégicos** do Ministério da Defesa Nacional:
 - I. Garantir o reforço da segurança do país por via da actualização da política de defesa e segurança nacional executada de forma integrada e em obediência aos níveis conceptuais estabelecidos. Com este propósito dever-se-á:
 1. Aprofundar o estudo sobre questões de natureza estratégica que melhorem e modelem a acção do Ministério da Defesa Nacional.
 2. Promover a adopção de documentos conceptuais orientadores da actuação do sector de defesa e segurança nacional.
 3. Estimular e influenciar a abordagem sistémica das questões de defesa e segurança nacional nos níveis estratégico e operacional.
 4. Implementar a coordenação com as áreas de ordem interna, protecção civil, segurança dos portos, aeroportos, transportes, comunicações, actividades marítimas e meio ambiente e segurança das comunicações.
 5. Promover a adopção de um quadro de actuação coordenada das Forças Armadas com a dos diversos intervenientes nas áreas de segurança interna, autoridade marítima, busca e salvamento, protecção civil e protecção do meio ambiente.
 - II. Prosseguir a reforma das Forças Armadas, aprofundando outras vertentes complementares à reestruturação já realizada, incluindo:
 1. A adopção das bases legais que permitam a programação das despesas em equipamentos e infra-estruturas militares.
 2. O reequipamento das Forças Armadas visando dotá-las de meios indispensáveis ao cumprimento das missões de defesa externa, de segurança interna e de interesse público a elas atribuídas por lei.
 3. A infra-estruturação das Forças Armadas de modo a dignificá-las e a capacitá-las para melhor cumprir as suas funções.
 4. A formação técnica, profissional e cívica dos quadros e efectivos em geral para a elevação do nível de intervenção dos militares tanto na instituição como na sociedade.

5. Adoptar medidas com vista ao reforço da informatização das Forças Armadas para modernizar a gestão, garantido assim melhor eficácia e eficiência da instituição.
- III. Melhorar o desempenho da componente militar de defesa, consubstanciada nas Forças Armadas, com a execução da política militar do Governo:
1. Consolidar a função constitucional das Forças Armadas de garante da paz, da soberania, da estabilidade democrática e da unidade nacional e da integridade territorial.
 2. Assegurar a administração e fiscalização adequadas e modernas da instituição militar.
 3. Priorizar a intervenção das Forças Armadas na fiscalização costeira e da ZEE e participação no sistema SAR, tendo em conta a importância crescente do sector marítimo na economia do país.
 4. Transformar as Forças Armadas, efectivamente, num instrumento de política externa, nomeadamente através da participação em exercícios conjuntos e combinados, em missões de paz e humanitárias, tendo sempre em consideração os interesses de Cabo Verde.
 5. Adoptar medidas legislativas e administrativas visando o aperfeiçoamento do serviço militar e que se consubstanciem, entre outros aspectos, na actualização do estatuto dos militares, na revisão da lei do serviço militar, no incentivo à prestação do serviço militar obrigatório e no desenvolvimento do Programa Soldado-Cidadão, de formação profissional dos jovens em regime de serviço militar não permanente.
 6. Criar condições para a elevação da eficácia da justiça militar por via da revisão do Código de Justiça Militar, visando o melhoramento dos níveis de disciplina nas Forças Armadas.
- IV. Aperfeiçoar o conhecimento da realidade em matéria de defesa e de segurança – no plano nacional e internacional – promovendo o estudo e a investigação intersectorial dos problemas. Deste modo, deve-se:
1. Continuar a promover a reflexão e estudos sobre a Defesa e a Segurança Nacional, alargando esse debate à sociedade, afim de se poder adoptar medidas institucionais integradas, consentâneas e correspondentes com a situação em cada sector.
 2. Divulgar os valores permanentes e os objectivos da defesa nacional, envolvendo os sectores mais directamente responsáveis na elaboração das estratégias sectoriais para a defesa e a segurança nacional.
- V. Redimensionar o papel da cooperação internacional, introduzindo novas valências na sua dinamização e alargamento, quer a nível bilateral, quer a nível multilateral. Assim, considerando a posição geoestratégica de Cabo Verde:
1. Continuar a pugnar pela crescente valorização, utilidade e

visibilidade do país para que ele seja, nesta região atlântica, factor de segurança e desenvolvimento.

2. No quadro estratégico global da parceria especial União Europeia/Cabo Verde e do plano de acção, desenvolver parcerias e acções de protecção e segurança da zona, aplicando os conceitos de segurança cooperativa e colectiva.
 3. Reavaliar a cooperação técnico-militar desenvolvida com os diferentes parceiros com vista a introduzir correcções no subsistema e alargar a cooperação a outros parceiros.
- VI. Melhorar a participação nas acções decorrentes de Acordos, Convenções e Tratados Internacionais com incidência na vertente militar da política de defesa e segurança nacional. Neste âmbito importa:
1. Atribuir a devida importância à componente externa, trabalhando em estreita colaboração com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, com vista à realização de alianças e ou parcerias cooperativas necessárias e de encontro aos interesses nacionais.
 2. Garantir a participação de representantes do Ministério nas actividades desenvolvidas pelo sector da defesa dos organismos internacionais, designadamente pela CPLP, CEDEAO, União Africana e ZOCOPAS.
- VII. Na prossecução das suas atribuições e materialização dos instrumentos e das medidas de políticas de defesa, melhorar o funcionamento do MDN, devendo ainda:
1. Incentivar a preservação e a divulgação do património histórico e cultural do sector da defesa nacional e da instituição militar, valorizando a heráldica militar cabo-verdiana.
 2. Consolidar o processo de planificação no Ministério, visando melhorar a coordenação entre os serviços, o seu desempenho e o aproveitamento dos recursos disponíveis.
 3. Contribuir para a diminuição da incidência de epidemias como o VIH/SIDA, outras infecções sexualmente transmissíveis, a Tuberculose e o Paludismo, bem como da toxicodependência no seio das Forças Armadas, apoiando acções de combate levadas a cabo pelos sectores especializados.